



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

5512A

Presidente da Mesa Diretora: Ademar de Barros Bicalho

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Impostos, multas e taxas (aplicação e cancelamento)

Autoria: Sued Kenedy Botelho e Ademar de Barros Bicalho

Data: 26/03/2002

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 49/2002. Dispõe sobre o recolhimento de multas, preços públicos e encargos em favor do Município, nas situações que implicam infração à legislação de trânsito, remoção e estada de veículos apreendidos, e dá outras providências.

Controle Interno – Caixa: 13 **Posição:** 33 **Número de folhas:** 06

Espécie: PL
Categoria: Impostos e taxas
U: 13
Ordem: 33
nº fls: 04



49/2002

04.07.2002

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº ____/2.002

AUTOR:

VEREADORES – SUED BOTELHO E ADEMAR BICALHO

ASSUNTO:

Dispõe sobre o recolhimento de multas, preços públicos e

encargos nas situações que menciona e dá outras providências. (Parcelamento de multas)

Caixa

MOVIMENTO

- 1 - Entrada em 26/03/2.002
- 2 -
- 3 - Comissão de Legislação e Justiça
- 4 - AMOVADO EM 1ª EM 27.06.2002
- 5 - AMOVADO EM 2ª EM 02.07.2002
- 6 - AMOVADO EM 3ª EM 04.07.2002
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Estado de Minas Gerais

Projeto de Lei nº _____ 2002.

DISPÕE SOBRE O RECOLHIMENTO DE MULTAS, PREÇOS PÚBLICOS E ENCARGOS NAS SITUAÇÕES QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Montes Claros MG, aprova e eu, prefeito Municipal sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Será dividido, em até (quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas, o recolhimento ao erário público municipal de:

I-multas aplicadas em razão de infração à legislação de trânsito que:

a) - Estejam inscritas por esta legislação no âmbito da competência e da circunscrição do Município;

b) - sejam exigíveis cumulativamente com os preços públicos e encargos dos quais trata o inciso seguinte;

II-Preços públicos e outros encargos previstos na legislação específica que sejam decorrentes da remoção e da estada de veículos e objetos.

Parágrafo único - O não recolhimento, por período superior a 60 (sessenta) dias, de qualquer uma das parcelas mencionadas no "caput" implica o vencimento antecipado e imediato das demais, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis e aplicáveis ao caso.

Art. 2º-Ato da direção superior do órgão ou entidade executivos de trânsito do Município poderá desobrigar o infrator do recolhimento dos preços públicos e encargos previstos no inciso II do artigo, uma vez comprovados, nos termos da regulamentação desta lei; a total incapacidade do infrator de efetuar esse recolhimento.

*As Comissões
Montes Claros
26.03.2002*

Parágrafo único - Optando a autoridade por exercer a faculdade de que trata o "caput", a medida atingirá a todos que estejam na situação nele prevista na data da concessão do benefício.

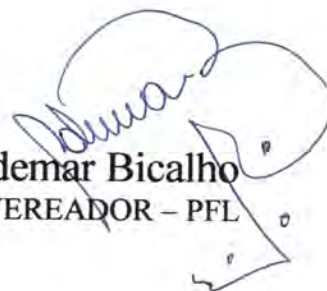
Art. 3º - Esta lei será regulamentada no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 21 de março de 2002.



Sued Parrela Botelho
VEREADOR-PT



Ademar Bicalho
VEREADOR - PFL

JUSTIFICATIVA

A proposta trazida na matéria tem o objetivo de permitir o parcelamento de multas aplicadas em razão de infração à legislação de trânsito, incluindo-se o parcelamento dos preços públicos decorrentes da apreensão de veículos. Quase toda a totalidade dos impostos municipais é perfeitamente passíveis de parcelamento e os valores decorrentes de multas de trânsito e demais preços públicos devem o mesmo tratamento. Ademais as multas e os preços públicos decorrentes de aplicação das mesmas possuem valores elevados, muito distante da realidade e da capacidade financeira da maioria da população brasileira, que em caso de infração de trânsito seja qual motivo for, tem muitas dificuldades em quitar em uma única parcela os valores decorrentes da penalidade, vale, dizer muitas vezes injusta.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 01 DE ABRIL DE 2002

PRESIDENTE

E LEGAL e CONSTITUCIONAL
[assinatura]
[assinatura]

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO POR
EM 27 DE JUNHO DE 2002

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO POR
EM 02 DE JULHO DE 2002

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM 3ª DISCUSSÃO POR
EM 04 DE JULHO DE 2002

PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA JURÍDICA/LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº ____/2002 que “*dispõe sobre o recolhimento de multas, preços públicos e encargos nas situações que menciona e dá outras providências*” de iniciativa dos Vereadores SUED BOETELHO e ADEMAR BICALHO.

Projeto de Lei à Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Montes Claros/MG., para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

Trata-se de Projeto Lei enviado pelos Vereadores Municipal Sued Botelho e Ademar Bicalho, dispondo sobre o recolhimento de multas, preços públicos e encargos nas situações que menciona e dá outras providências, tendo em vista que o art. 1º determina que será dividido em até quatro parcelas mensais, o recolhimento ao erário público municipal de multas aplicadas em razão de infração à legislação de trânsito, desde que preencha a determinação dos itens “a “ e “ b” dos incisos deste artigo.

Fica ainda estipulado no art. 2º , que ato da direção superior do órgão ou entidade executivos de trânsito do Município poderá desobrigar o não recolhimento dos preços públicos e encargos decorrentes da remoção e da estada de veículos e



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS


objetos, desde que comprovado dentro da determinação legal, a total incapacidade do infrator de efetuar esse valor de recolhimento.

Trata de Projeto que permite o parcelamento de multas aplicadas em razão de infração à legislação de trânsito, bem como os preços públicos, possibilitando assim o infrator a quitar parcelado o que na atualidade é em apenas uma única parcela.

O presente Projeto de Lei em apreço não contraria e nem fere as disposições constitucionais ou quaisquer dos seus princípios, pelo que é o mesmo **CONSTITUCIONAL**, e mesmo porque não infringe nenhuma norma superior ordinária ou complementar, sendo assim, de igual forma, **LEGAL**.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG., 10 de abril de 2002


Maria Izabel Pereira do O
Assessora Jurídica
OAB/MG.63.888